



GOVERNO DE  
PORTUGAL

SECRETÁRIA DE ESTADO ADJUNTA  
E DA DEFESA NACIONAL

INTERVENÇÃO DA  
SECRETÁRIA DE ESTADO ADJUNTA E DA DEFESA NACIONAL  
BERTA DE MELO CABRAL

**Seminário Internacional “Small Power is a Power?  
The Role and Resilience of Small and Medium Powers  
During the Great War 1914-1918”**

Lisboa, Instituto de Defesa Nacional, 1 de outubro de 2014

*Só serão válidas as palavras proferidas pela oradora*

**Exmo. Senhor Presidente da Comissão Coordenadora  
das Evocações do Centenário da I Guerra Mundial,  
Tenente-General Oliveira Cardoso**

**Exma. Senhora Presidente do Instituto de História  
Contemporânea da Universidade Nova de Lisboa,  
Professora Doutora Maria Fernanda Rollo**

**Exmo. Senhor Diretor do Instituto de Ciências Sociais  
da Universidade de Lisboa,  
Professor Doutor José Luís Cardoso**

**Exmo. Senhor Diretor do Instituto de Defesa Nacional,  
Major-General Vítor Viana**

Ilustres Convidados

Minhas Senhoras e meus Senhores,

Antes de mais, quero manifestar o meu apreço e reconhecimento por todos os que aceitaram estar aqui estes dois dias, debatendo a questão “Small power is a power?” à luz dos acontecimentos de há um século, no decurso da I Guerra Mundial.

Quem se preocupa com estes assuntos estratégicos merece uma especial consideração, sobretudo aqueles que se têm dedicado à reflexão sistemática, absolutamente necessária para que as decisões políticas possam ser tomadas na posse de todos os dados, incluindo o conhecimento histórico.

Quero também deixar registada a minha estima e simpatia para com as entidades que possibilitaram este encontro, nomeadamente

o Instituto de Ciências Sociais, o Instituto de História Contemporânea e, por maioria de razão, o Instituto de Defesa Nacional e a Comissão Coordenadora das Evocações do Centenário da I Guerra Mundial.

Esta convergência de vontades para aprofundar o conhecimento sobre o papel dos “small powers” durante a Grande Guerra 1914-1918 assume uma importância acrescida na conjuntura em que vivemos.

A atual situação geopolítica internacional obriga-nos, enquanto país, a repensar o nosso posicionamento no Mundo para, se for caso disso, corrigirmos a nossa trajetória e, também, para reforçarmos as apostas que se têm revelado adequadas à prossecução do nosso desígnio enquanto nação, democrática, europeia e ocidental.

Sem prejuízo do muito que foi tratado nos painéis e plenários nestes dois dias, importa sublinhar algumas ideias que, por não serem novas, estão suficientemente amadurecidas e consensualizadas.

Partindo do princípio que existem duas categorias de Estados – os “great powers” e os “small powers” –, Portugal deve assumir, sem preconceito, que não pode garantir a segurança dos seus cidadãos confiando apenas nas suas próprias capacidades nem pode manter uma lírica neutralidade que deixaria o nosso país à mercê de outros interesses, sempre ávidos de estender a sua influência a territórios apetecíveis como o nosso.

Por isso, e acima de tudo para defender os interesses nacionais e garantir a segurança e defesa do país, Portugal adotou uma

estratégia de alianças que, felizmente, recolhe aprovação generalizada na sociedade portuguesa.

Como consagra o Conceito Estratégico de Defesa Nacional, a defesa de integridade territorial e da coesão nacional são inseparáveis da participação na NATO, primeira e essencial aliança para a segurança e defesa de Portugal.

De igual forma, defende o reforço do relacionamento bilateral com os EUA, considerando-o “crucial para consolidar a posição de Portugal nas principais áreas geográficas de interesse prioritário”.

Por outro lado ainda, a Europa é a primeira área geográfica de interesse estratégico nacional, o que implica a participação empenhada e plena na União Europeia.

Citando o Conceito Estratégico de Defesa Nacional, Portugal “deve garantir a sua posição como parte integrante da cooperação estruturada permanente no quadro da Política Comum de Segurança e Defesa, apostando na qualidade da sua participação nas missões da União Europeia e nos programas da Agência de Defesa Europeia”.

“A definição clara e rigorosa da posição internacional de Portugal, das suas prioridades nacionais e das suas alianças é decisiva para conter os perigos do isolamento, da marginalização e da perda de autonomia”. Como, aliás, se verificou há 100 anos.

É também para relembrar estes factos que o Governo está a fazer um grande esforço para envolver todos os portugueses no vasto programa de eventos e iniciativas que assinalam o Centenário da I Grande Guerra.

Este seminário internacional é um bom exemplo disso.

A Comissão Coordenadora das Evocações do Centenário da I Guerra Mundial, criada no âmbito da estrutura do Ministério da Defesa Nacional para preparar e levar a cabo um programa nacional, em coordenação com outros ministérios e entidades internacionais e nacionais – entre as quais encontra, naturalmente, a Liga dos Combatentes –, tem trabalhado para que se faça, simultaneamente, a homenagem ao sacrifício do Povo e do Soldado Português e, também, a pedagogia necessária para a paz, através das lições da História.

A cerimónia de colocação de uma placa evocativa deste Centenário junto dos monumentos de homenagem aos Mortos da I Guerra Mundial, em 20 cidades, no próximo dia 18 de outubro, será o ponto alto do programa para 2014.

Às 11:30 do sábado 18 de outubro, em simultâneo e com honras militares, em todas as capitais de distrito e nas regiões autónomas, estarão presentes as mais altas entidades do Estado e autarcas, testemunhando o merecido louvor aos que combateram pela Pátria e conferindo a necessária solenidade a estas cerimónias, propositadamente descentralizadas, para permitir uma maior proximidade aos seus conterrâneos e familiares.

Queremos chegar às populações e envolvê-las nesta homenagem às vítimas de uma guerra que mudou o curso da História. Aqui fica o convite para cada um de vós se associar às cerimónias.

Minhas Senhoras e meus Senhores,

Somos um Povo que ama a sua Pátria, um Povo que tem referências e valores, como os que estão perpetuados nas centenas de monumentos aos combatentes espalhados pelo país e pelo mundo.

Como tal, as consequências da Grande Guerra não podem deixar de ter um significado profundo para todos nós.

As vidas de portugueses que foram ceifadas ou gravemente afetadas há 100 anos, mas também todas as outras, antes e depois, são mais do que suficientes para justificar a obrigação que temos de consciencializar as novas gerações para os perigos da guerra e para a obrigação que todos temos de evitá-la.

A manutenção das colónias, a afirmação do Estado republicano, a vontade de estar ao lado das democracias europeias, a aliança com a Inglaterra, a ameaça alemã no sul de Angola e no norte de Moçambique foram argumentos que sustentaram a decisão de Portugal entrar na guerra há 100 anos.

Recordo que a busca de influência geoestratégica de Portugal na altura, designadamente a sua pequena dimensão, as dificuldades económicas e financeiras do país e a sua dependência externa não são factos menos reais nos dias de hoje.

Sublinho que os erros então cometidos por políticos e militares só se tornaram óbvios com o distanciamento histórico.

Os inconvenientes do conflito têm sido bastamente escalpelizados, com particular enfoque no trauma sofrido pelo Corpo Expedicionário Português nos campos da Flandres.

Mas também é da mais elementar justiça histórica reconhecer que a tragédia vivida no início do século XX teve um reverso da medalha, com aspetos positivos para Portugal e para as suas Forças Armadas.

Beneficiando do facto de estar do lado dos vencedores, é inegável que o nosso país conseguiu valorizar as Forças Armadas em termos de Logística e de Doutrina, da mesma forma que passou a haver preocupação na proteção aos combatentes e suas famílias.

Em termos coletivos, não se pode, igualmente, deixar de mencionar como positiva para o país a garantia de posse das colónias e o assento de Portugal na Conferência de Paz e na Sociedade das Nações.

Minhas Senhoras e meus Senhores,

Aprendida a lição da Grande Guerra, aos políticos desta geração cabe a tarefa de proporcionar condições para que, num cenário geoestratégico volátil e complexo, tenhamos Forças Armadas bem preparadas e capazes, condição indispensável para que a Paz prevaleça, como tem sido amplamente demonstrado ao longo da História.

A concretização deste objetivo passa por um grande envolvimento e participação de Portugal nas organizações internacionais que perseguem finalidade semelhante.

Por isso, vale a pena recordar aqueles que, empenhados em missões humanitárias ou de paz e imbuídos de princípios éticos

humanistas e civilizacionais, continuam, nas Forças Nacionais Destacadas, a defender os interesses de Portugal, da Europa e de um mundo livre e justo.

A paz, tal como a liberdade, é uma conquista permanente.

Portugal precisa de cidadãos conscientes desta realidade para continuar a ser um país livre, democrático e em paz.

Termino reiterando as minhas felicitações à organização pela oportunidade deste seminário e pelo contributo que deu para a tarefa de consciencialização destes valores, absolutamente indispensáveis para o bem-estar coletivo.